



FAMILIARE INSTITUTO SISTÊMICO

Luíza Rohden Ramos

Envolvimento Paterno no Acompanhamento Familiar Prestado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Pessoas e Indivíduos: Uma Percepção a Partir do Olhar Profissional

**Florianópolis/SC
Junho 2018**



FAMILIARE INSTITUTO SISTÊMICO

Envolvimento Paterno no Acompanhamento Familiar Prestado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Pessoas e Indivíduos: Uma Percepção a Partir do Olhar Profissional

Trabalho apresentado ao Familiare Instituto Sistêmico como requisito parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Terapia Relacional Sistêmica.

Luíza Rohden Ramos

**Doris Waldow
Mestre em Psicologia**

**Florianópolis/SC
Junho 2018**

Envolvimento Paterno no Acompanhamento Familiar Prestado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Pessoas e Indivíduos: Uma percepção a Partir do Olhar Profissional

Luíza Rohden Ramos
Dóris Waldow

RESUMO

Cada vez mais estudos tratam sobre a contribuição do pai para o desenvolvimento humano, entretanto, ainda nos encontramos em período de mudança do modelo tradicional para o modelo de pai mais participativo, e isso parece abranger diferentes espaços (família, serviços de atendimento e escolas). Neste sentido, este artigo se propõe a fazer uma leitura, a partir de um olhar sistêmico, a respeito da baixa adesão dos homens no Serviço Único de Assistência Social (SUAS), tendo como base o ponto de vista dos profissionais que atuam nesse serviço. O objetivo desse trabalho é o de compreender como os profissionais do PAEFI percebem o envolvimento paterno no acompanhamento psicossocial prestado pelo Serviço de Proteção. Pretende-se assim, identificar o que possibilita ou dificulta a participação do pai na rede de atendimento, e investigar como é a visão dos profissionais sobre os homens das famílias acompanhadas pelo serviço. Para a coleta dos dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco equipes de referência (cinco psicólogos e cinco assistentes sociais). A pesquisa possibilitou constatar que, segundo os profissionais, a baixa adesão dos homens no acompanhamento psicossocial tem como principais obstáculos: a indisponibilidade de tempo devido ao horário de trabalho; o envolvimento do pai com álcool e outras drogas; e quando o pai é o autor da violência e, por esse motivo, encontra-se afastado do lar ou não demonstra interesse em participar do acompanhamento psicossocial. Os dados apontam ainda para um maior envolvimento do pai quando a mãe não apresenta condições de promover os cuidados com os filhos em detrimento de algum quadro de saúde mental ou abandono do lar. Identificou-se ainda que existe também a exclusão do homem por parte da rede de atenção à família, baseada em crenças e valores dos profissionais envolvidos. Concluiu-se assim que se faz necessária a constante reflexão por parte da equipe para a desconstrução de papéis cristalizados no núcleo familiar, com objetivo de beneficiar a família, trabalhando em uma perspectiva de coparentalidade.

Palavras-chave: Paternidade. PAEFI. Psicologia sistêmica.

ABSTRACT

Increasingly, studies have been made about the fathers' contribution for human development. However, society is still finding itself in a period of transition from the traditional model to a more participative father model, which seems to absorb different spaces (family, care services and schools). On that sense, this paper intends to investigate, from a systemic perspective, men's low adherence to the National Social Care Service (SUAS), through the point-of-view of the professionals who work there. Therefore, we objective to understand how PAEFI professionals perceive the paternal involvement in the psychosocial accompaniment provided by the Protection Service. The aim is to identify what makes or hinders the participation of the father in the care network, and to investigate how the professionals' view on the men of the families accompanied by the service is. At the stage of data collection, semi-structured interviews were conducted with five reference teams (five psychologists and five social works). The research made it possible to verify that, according to the professionals, the low adherence of men in the psiscossocial monitoring has as main obstacles: the unavailability of time due to working hours; the father's addiction to alcohol and other drugs; and when the father is the perpetrator of violence and, therefore, is away from home or shows no interest in participating in psychosocial monitoring. The data also point to a greater involvement of the father when the mother does not have the conditions to promote the care with the children to the detriment of some mental illness or abandonment of the home. We was also identified that there is, as well, the exclusion of men from the family's care network, based on the beliefs and values of the professionals involved. Thus, we have concluded that it is necessary a constant reflection made by the team of professionals in order to deconstruct crystallized roles in the family nucleus, aiming to benefit the family and work from a perspective of co-parenting.

Key-words: Paternity. PAEFI. Systemic psychology.

1 Introdução

A formação da autora em terapia relacional sistêmica e sua atuação como psicóloga no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI/CREAS) provocaram reflexões sobre o atendimento psicossocial prestado às famílias acompanhadas pelo Serviço. Percebe-se que os usuários que circulam no espaço do serviço PAEFI são majoritariamente mulheres e crianças. Apesar do grande número de famílias chefiadas por

mulheres, o divórcio não exclui o pai do direito de convivência e dever responsabilidade com o filho. Estudos correlacionam a função paterna com a regulação da agressividade na infância, apontando como fator de proteção, visto que crianças com comportamento agressivo constante tendem a ter comportamentos desviantes na adolescência e, posteriormente, na vida adulta (Gomes, Crepaldi, & Brigas, 2013). A partir dessa observação, a autora passou a se questionar sobre como ocorre o envolvimento do pai e do padrasto nos atendimentos prestados às famílias acompanhadas pelas equipes do Serviço.

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) é um dispositivo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que compõe o Sistema de Garantia de Direitos. É um serviço da Proteção Especial Social, oferecido às famílias em situação de violação de direitos, tendo como objetivo o acompanhamento e apoio para que haja superação das violações, fortalecimento dos vínculos afetivos e garantia de acesso a direitos (Lei n. 12.435, 2011). O atendimento oferecido pelo CREAS é psicossocial, tendo como objetivo promover a construção de reflexões alternativas que vêm a contribuir para a melhoria das condições de vida dos usuários; ressignificando vivências e possibilitando o enfrentamento de situações difíceis, por vezes decorrentes de condições sociais violadoras de direitos (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2013).

O presente artigo tem como objetivo compreender como os profissionais percebem o envolvimento paterno no acompanhamento psicossocial prestado pelo PAEFI. Pretende-se assim, identificar o que possibilita ou dificulta a participação do pai na rede de atendimento, e investigar como é a visão dos profissionais sobre os homens das famílias acompanhadas pelo serviço.

Este artigo tem relevância científica por tratar de um assunto pouco pesquisado: o envolvimento do pai com o Serviço PAEFI, já que a maior parte dos artigos presentes nas bases de dados sobre o trabalho na Proteção Social Especial aborda apenas os aspectos da violência. Com o crescente número de pesquisas que estudam a importância da participação do pai no desenvolvimento da criança, este artigo apresenta potencial para contribuir para aperfeiçoamento da metodologia de atendimentos às famílias com violação de direitos.

Compreendendo a complexidade do fenômeno proposto, utilizou-se como base epistemológica para a elaboração do presente estudo o pensamento sistêmico, que, conforme Vasconcellos (2013) destaca em seu livro, fundamenta-se sobre três pressupostos imprescritíveis: o da complexidade, o da instabilidade e da intersubjetividade.

O pressuposto da complexidade reconhece que a simplificação não abrange as interações que existem nos fenômenos. O pressuposto da instabilidade do mundo dá

atenção à imprevisibilidade e à incontrolabilidade dos fenômenos, de modo que o cientista sistêmico trabalha constantemente a partir da lógica da desordem. Por fim, o pressuposto da intersubjetividade, considera que a observação permite ao homem ter uma visão de mundo individual e única. O olhar do observador vai privilegiar dentro de toda a complexidade do fenômeno alguns aspectos, e desta forma, o cientista sistêmico coloca a “objetividade entre parênteses” e atua reconhecendo o multiverso (Vasconcellos, 2013).

O pensamento sistêmico surge então como um novo paradigma da ciência, contestando referências de base e ampliando discussões que possibilitaram outra quebra de paradigma científico: o construcionismo social.

O construcionismo social abrange pressupostos básicos ancorados na centralidade da linguagem, das relações humanas e dos processos sócio-históricos. A realidade é construída pelo observador através da linguagem, e as descrições de mundo não são necessariamente correspondentes com uma realidade, mas são meios da sua construção, pois emergem a partir de tradições culturais. Dentro dessa perspectiva, as coisas existem porque estamos em relação com elas, porque as descrevemos a partir de um ponto de vista da cultura na qual estamos inseridos (Gergen & Gergen, 2010).

O construcionismo social instiga a questionar o óbvio, com intuito de ampliar as possibilidades, buscando alternativas para a construção colaborativa de um futuro. De certa forma, a compreensão da historiadora Joan Scott a respeito de gênero corrobora com as inquietudes da visão construcionista. Scott (1995, p.86) define gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poderes”. Segundo a autora, o gênero constitui-se na multiplicidade de instituições, que envolve não apenas a família, mas um modelo de economia, de política e de sociedade. Atendendo a estes aspectos, Medrado e Lyra (2008) propõem uma leitura sobre gênero não a partir de sua dimensão binária, mas sim relacional.

Considerando que os diferentes papéis que exercemos ao longo da vida são construídos na relação com o outro, há de se considerar que a própria sociedade tem expectativas de como deve ser um homem e uma mulher. Dentre as funções socialmente estipuladas e esperadas a respeito da parentalidade, durante muito tempo o homem foi afastado do papel de cuidador, inclusive na relação com seus filhos (Santos, Silva, Santana, & Santos, 2012).

O papel de pai deve ser considerado em um contexto, de modo que sofreu e vem sofrendo transformações ao longo da história. Com as mudanças advindas do movimento

feminista na década de 60 e a saída da mulher para o trabalho fora de casa houve demanda para maior envolvimento do pai no âmbito doméstico. Cabe destacar que apesar das notórias mudanças estas não ocorrem igualmente em todas as famílias, de modo que coexistem famílias com diferentes dinâmicas. No entanto, observa-se entre os núcleos familiares, que é comum a maior participação da mulher quando comparada a do homem (Wagner, Predebon, Mosmann, & Verza, 2005).

O crescente interesse pela contribuição da função do pai no desenvolvimento da criança dá foco, e ao mesmo tempo amplifica e possibilita discussão sobre diferentes formas de envolvimento paterno. Pela terminologia paternidade em transição, entende-se que há famílias em que o homem ainda é o provedor e há aquelas em que as tarefas são divididas de modo mais equânime (Freitas et al., 2008).

A expressão envolvimento paterno engloba comprometimento e participação do pai na vida de seu filho. Culturalmente não é estimulado que o homem expresse e fale sobre seus sentimentos, pois estas são características atribuídas ao feminino. No entanto, a expressão da raiva, através do comportamento agressivo, é validada socialmente sem que o homem coloque em risco sua masculinidade. A expressão de sentimentos é pouco estimulada na constituição de sua identidade de gênero, devido a esta entre outras questões culturais os homens pouco se vêem na função de cuidador (Acosta, Andrade, & Bronz, 2004; Cardelli & Tanaka, 2012).

Lamb (1992) aponta algumas influências do pai na vida do filho, entre elas a) no apoio financeiro, que ajuda a garantir a alimentação, mais acesso a saúde e educação; b) no suporte emocional para a mãe e; c) na interação direta com a criança através de brincadeiras, ensino e outros cuidados.

Dentre os elementos estudados pelo autor que caracterizam o envolvimento paterno estão os de interação direta como alimentar e brincar; os elementos com grau menor de interação, mas que ainda assim garantem acessibilidade direta ao pai e por fim, os de responsabilidade pelo bem estar e cuidado da criança.

Há de ser considerado que o papel de provedor é necessário para sobrevivência do sistema familiar, porém existem outras tarefas que caracterizam a paternidade, tais como o envolvimento com aspectos educacionais, em brincadeiras, ser afetuoso e responsável (Carvalho & Moreira, 2016). O envolvimento paterno é considerado fator de proteção. Estudos apontam que o pai com maior jornada de trabalho tende a ser menos envolvido com o filho, porém quanto maior a dedicação do pai nos cuidados básicos e nas tarefas de casa, menor a chance de o filho apresentar problemas de regulação da agressividade (Gomes, Crepaldi, & Bigras, 2013). A participação do pai na educação dos filhos também contribui

para o desenvolvimento escolar, principalmente para ampliação do repertório de habilidades sociais (Cia & Barham, 2009).

A paternidade não se trata de uma característica inata e sim de uma construção social, é um fenômeno em que sua constante transformação está relacionada às mudanças e exigências da sociedade. Nesta perspectiva, a pesquisa realizada por Silva, Silva e Bueno (2014) teve como propósito identificar aspectos que contribuem para o desenvolvimento da paternidade. Identificou três eventos significativos que fizeram com que os entrevistados se sentissem pais: 1) a participação das avós no cuidado do filho, 2) a experiência adquirida no cuidado de irmão e 3) a interação com seu próprio pai. Referente ao último evento avaliam que o fato de terem pouco convívio com o pai na infância despertou interesse em serem pais mais participativos na vida dos filhos, 77% referiram desejo em criar seus filhos de modo diferente dos que foram criados. É interessante destacar que os entrevistados dessa pesquisa eram homens que sofreram situações de abusos físicos e emocionais quando crianças.

Historicamente o afastamento do homem da função de cuidador, a falta de estímulo e espaço para conversas com o intuito de compartilhar dificuldades e buscar orientações faz com o que homem seja afastado dos serviços prestados pela rede de atendimento à família. Assim, diminuem-se as oportunidades de refletir sobre sua posição no núcleo familiar, contribuindo para a manutenção do *status quo*.

Em uma perspectiva de inserção do homem na rede de atendimento Acosta, Andrade e Bronz (2004, p.16) consideraram a potência do trabalho com grupos para socialização masculina e propuseram metodologia de trabalho grupal com homens autores de violência e com base nessa experiência afirmam que “os diálogos compartilhados pelos participantes sobre os significados atribuídos às atitudes, aos padrões de comportamentos masculinos e às relações de gênero analogicamente associadas ao cotidiano têm possibilitado o conhecimento da relação de interdependência desses aspectos”.

A interação entre a equipe reflexiva e os participantes promoveu, através do diálogo, a construção de soluções. É um sistema terapêutico de organização e dissolução de problemas, fugindo das conversas em torno do problema e possibilitando a construção de narrativas alternativas e menos estereotipadas.

Ainda se tratando de elementos que contribuem para o desenvolvimento da função paterna, na pesquisa realizada por Bueno, Vieira e Crepaldi (2016) os pais participantes identificaram que aprenderam a cuidar dos filhos através da convivência com outras crianças e da ajuda das esposas. Os autores constataram que, embora haja uma busca do casal na

divisão das tarefas, a forma como cada gênero se envolve é diferente: os pais brincam mais com os filhos enquanto as mães ficam com as tarefas de cuidado.

Em uma revisão dos artigos publicados sobre paternidade no Brasil, Vieira et al. (2014), concluem que existe no meio científico o reconhecimento da importância do pai para o desenvolvimento da criança e da necessidade da participação deste de maneira ativa nos cuidados dos filhos.

A investigação deste tema em um Serviço de Proteção se mostra pertinente, visto que a função paterna é fator de proteção no sistema familiar, não apenas pelo exercício da coparentalidade, mas também por ser importante para o desenvolvimento social da criança (Paquette, 2004). A pesquisa apresentou como proposta suscitar reflexões a respeito do envolvimento do pai no acompanhamento prestado às famílias e das contribuições da postura profissional para a real participação do homem.

3 Método

3.1 Caracterização da pesquisa

Este artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório. Esta modalidade de pesquisa não consiste necessariamente na confirmação de hipóteses pré-definidas, os objetos de estudo são encontrados a partir da análise do recorte dos relatos obtidos nas entrevistas de coleta dos dados (Fontanella, 2008).

Esta pesquisa está dentro das normas estabelecidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Seguiu com as recomendações da resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e com as recomendações éticas preconizadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), artigo 16 do Código de Ética dos Psicólogos.

3.2 Participantes

A escolha pelos participantes da pesquisa ocorreu conforme demanda espontânea. Foram entrevistadas nove profissionais mulheres e um homem, com média de idade de 37 anos. Os entrevistados possuem Ensino Superior Completo nas áreas de Psicologia e Serviço Social, sendo que oito participantes possuem pós-graduação. Todos são servidores efetivos na Prefeitura Municipal de Florianópolis e atuam como técnicos no PAEFI. A média de tempo de atuação em Serviço de Proteção Social Especial é de sete anos.

Uma das motivações que originou a proposta do trabalho partir da visão dos profissionais foi devido à fundamentação a partir do construcionismo social, movimento em que se trabalha com a perspectiva de que a realidade é construída pelo observador através da linguagem. Assim a realidade é constituída a partir da forma como este os conhece (Gergen & Gergen, 2010).

3.3 Instrumentos

Para a coleta de dados utilizou-se como instrumento de pesquisa uma entrevista semiestruturada elaborada pela autora (Apêndice A). As entrevistas semiestruturadas misturam perguntas abertas e fechadas, são realizadas em formato de conversa, oportunizando esclarecimentos, perguntas adicionais e o direcionamento para o tema (Boni & Quaresma, 2005).

3.4 Procedimentos

Para análise dos dados foi utilizada análise simples de conteúdo. Trata-se de um conjunto de técnicas em que o pesquisador, ao analisar os dados, busca traçar temas que guiam a captação de informações que surgem durante a coleta (Oliveira, 2003).

As entrevistas foram realizadas no próprio local de trabalho entre fevereiro e abril de 2018. Foram gravadas separadamente com cada equipe de referência e, posteriormente, transcritas. Cabe esclarecer que a equipe de referência de uma família é composta por um psicólogo e um assistente social.

Foi solicitada a autorização de cada participante para a utilização dos dados obtidos na entrevista através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B). O termo garante o anonimato da identidade, bem como de outras informações que os identifiquem. Para isso foi utilizado na elaboração do artigo a sigla P (de participante) seguida de número para identificação.

4 Resultados e Discussão

Diante dos questionamentos trazidos por esta pesquisa e das análises realizadas a partir das respostas, foi possível compreender com mais precisão o quanto as influências culturais e as experiências pessoais interferem no planejamento do trabalhado com o pai das famílias em acompanhamento no PAEFI.

A maior parte dos participantes da pesquisa entende por pai aquele que tem envolvimento com o filho: que é presente, que cuida, protege e divide responsabilidades conjuntamente com a mãe. Mas apesar de definir o homem dessa forma, no decorrer das entrevistas percebe-se que as definições de pai trazidas pelos participantes vão de encontro ao que avaliam ser o papel do pai na sociedade, isto é, de provedor material. Segundo os autores Freitas et al., (2008), Staud e Wagner (2008) e Wagner et al., (2005), a função paterna está em transição, de modo que existem concomitantemente diferentes dinâmicas familiares. É perceptível que o papel do pai como provedor ainda é bastante significativo no discurso do que entendem ser o papel do pai na sociedade.

Faz-se importante destacar que a cristalização da imagem do pai que se ausenta para prover a família, contribui indiretamente para a maior aceitação dos profissionais quando o motivo da ausência do homem nos atendimentos está relacionado aos compromissos no trabalho. Os profissionais reconhecem que há menor tolerância com a mulher quando esta se encontra na mesma situação, como exemplifica a fala de um dos participantes:

“Até pra marcar atendimento, quando o pai trabalha a gente lida melhor com isso, mas a mãe não, ela tem que dar um jeito. Se não a gente avisa pro Conselho Tutelar, vai ser advertida... Essa conversa geralmente não se tem com o pai” (P10, comunicação pessoal, 21 fevereiro de 2018).

Percebe-se um discurso contraditório, pois enquanto a definição de pai é igualada à de mãe (cuidado e proteção), na prática observa-se maior exigência das mulheres para adesão ao acompanhamento na tarefa de cuidar e proteger os filhos, enquanto se aceita o pai como provedor. Isso talvez seja explicado justamente por esse novo lugar de pai ainda estar em processo de construção (Cardelli & Tanaka, 2012; Wagner et al., 2005) e, ao mesmo tempo em que o entrevistado já incorpora no discurso essas mudanças, ainda não as vivencia em sua prática. Isso porque, mesmo diante das transições do papel da figura paterna, o pai ainda é caracterizado como ajudante da mãe, de modo que a responsabilidade majoritária pela criação dos filhos recai sobre a mulher (Vieira et al., 2014).

As discrepâncias entre a definição de pai e o papel deste na sociedade apontam compreensão (apesar de não necessariamente haver consciência até o momento da entrevista) por parte dos entrevistados de que as expectativas perante cada gênero são diferentes devido a uma construção sócio-histórica-cultural de um sistema patriarcal e, ao mesmo tempo em que têm consciência, reconhecem a dificuldade que é romper com processos culturais tão enraizados, exemplificado no trecho a seguir:

“Eu acho que ele tem o mesmo papel da mãe. Só que historicamente a mãe sempre teve essa sobrecarga e essas atribuições voltadas pra ela. Inclusive até na minha vida

pessoal a gente vê isso: ‘ah, isso eu vou fazer que é coisa de mãe’. Às vezes na minha própria residência ‘ai, isso é coisa de mãe. A mãe é que sabe’. Mas o papel do pai a meu ver é o mesmo papel da mãe: de proteger, de garantir que todos os direitos da criança sejam acessados, resguardados” (P9, comunicação pessoal, 21 fevereiro de 2018).

Quanto à percepção dos profissionais sobre o envolvimento do pai no acompanhamento prestado pelo PAEFI todas as falas foram referentes à ausência e resistência do homem em aderir ao serviço. Diante do reconhecimento unânime de que os pais não apresentam envolvimento significativo no acompanhamento prestado pelo serviço, quando questionados sobre os bons motivos que contribuem para a manutenção de um maior contato com a mãe, mesmo quando ambos os pais trabalham fora de casa, os entrevistados atribuíram a questões de gênero.

Vale a reflexão do por que, ainda que as responsabilidades financeiras sejam do casal, algumas tarefas ainda são apontadas como funções prioritariamente maternas, principalmente aquelas em relação à alimentação e aos estudos (Wagner et al., 2005). No entanto, muitos dos pais das famílias acompanhadas pelo serviço não cumprem com a função de provedor, e ainda assim, o comprometimento esperado com o serviço é diferenciado quando comparado ao da mãe.

É interessante perceber que, segundo Staud e Wagner (2008) e Freitas et al. (2008), as próprias mulheres tendem a satisfazer as expectativas quanto ao papel atribuído à elas e reproduzem essa cultura assumindo para si todos esses papéis. Mas, para que haja mudança progressiva para o aumento da participação do pai no que tange ao interesse familiar é preciso que tanto os homens quanto as mulheres estejam conscientes dos estereótipos e repensem as características atribuídas a cada gênero.

Nesse sentido, por ser o PAEFI um serviço composto amplamente por mulheres (apenas um técnico homem), a existência de um movimento reflexivo sobre as posturas individuais que contribuem na manutenção do *status quo* é perceptível nos relatos das participantes mulheres:

“Do acompanhamento em si é a minoria, geralmente quem vem mais é a mãe. E percebo que assim, a gente como técnica tem que se cuidar porque a tendência é tu ligar e falar com a mãe. . . . Percebo isso comigo, sou eu que levo minha filha no médico. Aí pensei tá, por quê eu tenho que trocar o consultório pra levar? Ai tentei negociar . . . porque se não a gente vai no automático. . . . Eu fico assim ‘ah não vou levar?’ Tipo assim, tô deixando de fazer meu papel de mãe, e não, né?! Só que parece que é” (P2, comunicação pessoal, 27 de abril de 2018).

“Eu acho que é uma situação de hábito. Porque a gente também tá inserida nessa cultura e acaba esquecendo, deixando de lado. Se a mãe vem, então tá tudo bem. A

relação com o pai é diferente da relação com a mãe. Até porque aqui é um espaço muito feminino, os atendimentos são mais voltados pra mãe, os benefícios. . . . Tu podia dar umas lixas pra reformar a casa, mas a gente dá pra limpar!¹ É tudo muito feminino e acaba que a gente não chama porque esquece” (P8, comunicação pessoal, 22 de fevereiro de 2018).

Percebe-se que ao mesmo tempo em que há um movimento de tomada de consciência para tentativa de rompimento de padrões culturais, quando a participante se remete aos benefícios concedidos pelo serviço destacando que os artigos são voltados para o universo feminino contribui com as expectativas que a sociedade tem diante do que é ser mulher e das tarefas atribuídas a cada gênero no núcleo familiar. Os gêneros estão carregados de pressupostos que interferem no modo como a rede de atenção às famílias se organiza, de modo que, frequentemente, o pai é afastado do papel de cuidador (Santos et al., 2012).

Os participantes identificam ainda outras questões, para além da predominância do universo institucional feminino, que contribuem para o “esquecimento do pai”, como os documentos de guia de encaminhamento para o serviço ou a organização dos prontuários. E, além de reconhecerem as implicações da rede, identificam também que o movimento de exclusão é reforçado por vezes pela própria família, o que se torna mais um desafio para inclusão do homem em acompanhamento:

“No caso dos padrastos às vezes o boicote é da família mesmo. A gente até convida, chama pra participar, mas faz uma visita e o cara se esconde num quarto. Claramente não quer se envolver. Nesse caso acho que o movimento é mais familiar que nosso” (P10, comunicação pessoal, 21 de fevereiro de 2018).

Dentre os obstáculos encontrados para o acesso aos homens ausentes no acompanhamento familiar, os elementos mais significativos apontados nas falas dos participantes foram: a) quanto à atribuição ao pai como principal provedor da família, b) quanto ao envolvimento do pai com drogas e, c) quanto ao homem ser apontado como autor da violência.

Não é incomum que os próprios núcleos familiares organizem as tarefas domésticas de acordo com o gênero e de modo conservador. No entanto, esta dinâmica passa a ser reforçada pela equipe técnica quando é apresentada maior tolerância quando a ausência do homem está associada ao trabalho, cumprindo com as expectativas sociais de que pai trabalha e mãe trabalha e cuida, conforme já discutido anteriormente.

No que tange ao trabalho com o pai dependente químico, é preconizado pelo SUAS que situações em que há uso abusivo de álcool e outras drogas, cabe ao dispositivo da

¹ O PAEFI conta com a distribuição de alguns benefícios tais como: vale transporte para o deslocamento para os atendimentos na sede, kit limpeza da casa, kit natalidade e kit higiene.

Assistência Social a articulação com os serviços da Saúde, objetivando a garantia do usuário do acesso ao tratamento (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS], 2016). Os profissionais sinalizaram como principal obstáculo as dificuldades no manejo do transtorno e na articulação com a rede para tratamento:

“O pai pensa em querer o filho, porém é usuário de álcool, a qual se descontrola mais quando faz o uso, sendo que ele é agressivo mesmo. Então teria que ter um bom acompanhamento fora daqui, e isso a gente vê que é complicado, a rede ela é falha” (P5, comunicação pessoal, 26 de fevereiro de 2018).

Também trouxeram como empecilho para acesso aos pais ausentes o fato de grande parte dos homens das famílias em acompanhamento no PAEFI serem o autor da violência. Como consequência da denúncia é comum estes pais e padrastos estarem afastados do lar ou não demonstrarem interesse no serviço. Apesar de ser prestado atendimento aos autores de violência, os participantes identificam que o trabalho torna-se um desafio em função de comorbidades como o uso de drogas e envolvimento com crime.

“O fenômeno da violência é muito complexo. Então é preciso que se abra espaço pra gente poder atender o agressor e dar espaço pra ele falar, refletir, fazer grupo com agressores assim, mas de alguma maneira isso já é feito. Mas poderia avançar nisso aí aqui no PAEFI” (P6, comunicação pessoal, 26 de fevereiro de 2018).

“Vejo isso muito complicado pelo fato de a gente atender a família, toda a estrutura. Então a gente foca mais na questão do agredido: da criança, do adolescente, da mulher vítima de tudo isso.... Pelo fato de a gente também não... são atendimentos psicossociais, né! Não direciona, não faz terapia, então teria que ter uma rede de apoio melhor estruturada” (P5, comunicação pessoal, 26 de fevereiro de 2018).

Durante as entrevistas foi suscitada discussão sobre a necessidade de atendimento ao pai autor de violência. Considerando a relação entre masculinidades e violência, ao quebrar discursos naturalizados, o grupo terapêutico de homens tem como proposta a contribuição para ampliação de recursos pessoais, oportunizando outras versões de masculinidades que possam fazer com que eles se sintam mais homens (Acosta, Andrade, & Bronz, 2004; Lopes & Leite, 2013).

O discurso de alguns participantes apontou para necessidade de psicoterapia e atendimento grupal exclusivo para homens autores de violência. Entretanto, houve compartilhamento de experiências e relatos do trabalho terapêutico que é possível ser feito com os pais autores de violência que aderem ao acompanhamento no PAEFI, baseando a intervenção no conhecimento sobre repetição de padrão relacional transgeracional e em uma postura empática:

“Tento buscar esse histórico dele do passado, tento mostrar que ele tá repetindo, tento mostra assim: ‘será que aquilo que tu gostaria de ter recebido na tua infância, será que hoje tu não consegue passar pro teu filho’? Tento fazer essa conscientização dele com relação às atitudes dele” (P9, comunicação pessoal, 21 de fevereiro de 2018).

Percebe-se que a conscientização da intervenção com o pai autor de violência é essencial no processo de superação da violência no núcleo familiar. A partir do momento em que existe a oferta de um espaço com escuta qualificada e oportunidade de reflexão como meio para tomada de consciência, se torna possível a mudança. Assim como afirmam Silva, Silva e Bueno (2014) é fundamental a inserção do pai na assistência prestada à família para que o profissional possa entender de que forma se dá a dinâmica familiar e, além disso, conhecer as experiências pessoais de cada pai, as interações que estabelecem com os demais membros da família e como estas interações contribuem ou dificultam no exercício da função paterna.

Além das dificuldades de articulação com a rede de saúde para atendimento do pai dependente químico, é possível identificar a tendência por parte dos profissionais a terem maior empatia com os membros da família que se mostram protetivos. Entende-se que este fenômeno ocorre em razão de haver maior adesão deste público ao serviço. No entanto, não devem ser descartadas as influências culturais que tornam a imagem do pai usuário de droga fragilizada, sendo associada a uma imagem negativa (Cardelli & Tanaka, 2012).

Quanto à investigação dos sentimentos despertados, ao realizar atendimento com o pai autor de violência ou quando este tem envolvimento com o crime, a maioria dos entrevistados busca fazer o enfrentamento de seus próprios sentimentos, de modo que isto não se torna um impeditivo para o atendimento ao usuário, podendo ser observado nos relatos a seguir:

“Depende muito de como é nosso primeiro contato, já mede por ali. Por telefone já vê. Já são ríspidos, negam, se opõem. E mesmo quando a gente explica como é, o que a gente tem que fazer se não vir, que volta pro Conselho Tutelar e as consequências disso, a gente vê que eles acabam vindo a contra gosto, mas vêm. Eu procuro não vir pro atendimento com as pessoas que agem dessa maneira na defensiva, porque aí mesmo que é pior ainda. Vir aberta, tentar vincular, pra ter sucesso” (P1, comunicação pessoal, 27 de abril de 2018).

“Com relação a sentimento, um caso esse ano, aliás dois casos desde que tô aqui que quando eu conheci ele tive medo dele, pela forma como tava se portando. Ele não foi agressivo na fala, mas... não sei te explicar, ele me gerou certo desconforto. . . . Acho que tem um pouco da fala também. Eu me senti acuada na forma como ele tava colocando as coisas pra gente, mas isso foi num primeiro momento. Depois a gente contorna a situação, separa algumas coisas” (P4, comunicação pessoal, 20 de abril de 2018).

“Nesse dia até então a gente já tinha atendido ele foi tranquilo, apesar de ser uma pessoa bem agressiva, mas a gente sabia lidar com isso. Mas nesse dia quando ele tava com uma suspeita de tá com uma arma, porque tava com negocio aqui, era bem evidente. . . . Ele tava numa postura intimidadora. Eu senti medo, tanto que depois a gente avisou a guarita” (P5, comunicação pessoal, 20 de abril de 2018).

Com objetivo de explorar narrativas extraordinárias, a entrevista buscou também mapear histórias de sucessos nos atendimentos em que houve adesão do pai, com objetivo de dar destaque, na tentativa de ressignificar o lugar do pai no Serviço. Os participantes relataram histórias em que o pai se envolveu no acompanhamento para a garantia de proteção e acesso a direitos, reconhecendo como positivo quando o pai assumiu responsabilidades pelos filhos referentes a questões de saúde, escola e guarda. Em nenhum momento os participantes falaram do envolvimento afetivo do pai, que é primordial para o trabalho de fortalecimento dos vínculos familiares. Estes dados corroboram com os apresentados por Freitas et al., (2009), em que ao tratar sobre as atribuições da paternidade, os participantes da pesquisa dos autores deram ênfase à responsabilidade social do pai no papel de provedor, como meio de garantir a subsistência e a proteção da família. De modo que a concepção da paternidade como função de cuidado e envolvimento afetivo não foi o principal elemento identificado.

No sentido de reconhecer a paternidade também no âmbito do envolvimento afetivo, ao preconizar a guarda compartilhada (Lei n. 13.058, 2014) o Estado afirma que é papel do pai também o envolvimento afetivo e a participação na vida do filho, e não apenas a garantia da pensão alimentícia. Entretanto, considerando o contexto, ainda assim em muitos casos a maior responsabilidade fica incumbida à função materna (por meio da estipulação da casa de referência). Sendo que a principal referência da criança somente é retirada a responsabilidade da mãe quando há uma incapacidade desta em promover os cuidados dos filhos (Staudt & Wagner, 2005). E é este o perfil de muitos núcleos familiares em que o pai adere ao PAEFI.

Dentre os pais com maior envolvimento no acompanhamento psicossocial estão aqueles em que as mães apresentam um quadro saúde mental grave, de modo que não têm condições de promover os cuidados dos filhos, ou os casos de famílias divorciadas em que o pai assumiu propriamente a guarda dos filhos, após a saída da mãe do lar ou no caso de famílias em que a mãe era a autora da violência. Os profissionais relataram que frequentemente estes pais têm o auxílio da família extensa (mãe e irmã) na promoção dos cuidados dos filhos. Silva, Silva e Bueno (2014) apontam a participação das avós no cuidado do neto como um elemento significativo para o desenvolvimento da paternidade, contribuindo para a segurança do pai no cuidado com o filho.

Nesse caso, quando o pai é a pessoa de referência, percebeu-se que os profissionais reconhecem as singularidades referentes a questões de gênero, o que exige que os profissionais repensem suas intervenções.

É importante destacar que muitas das famílias acompanhadas chegam ao serviço através da aplicação de uma medida protetiva e não pela busca espontânea de um serviço de referência especializado. Diante disso, identificou-se que é comum o trabalho das equipes para a construção da queixa em demanda para atendimento, isto é, trabalhar com as questões implícitas do problema, e não ele por si só. Dentro de uma perspectiva sistêmica em que o sintoma tem uma função na dinâmica familiar e que é necessário o engajamento dos membros para que ocorram mudanças (Ostyn, 2000).

Considerando que a falta de estímulo do contato do homem com seus sentimentos torna mais difícil para o pai conversar sobre suas questões emocionais (Acosta, Andrade, & Bronz, 2004; Cardelli & Tanaka, 2012), pode-se inferir que neste viés o trabalho com os homens é mais desafiador, pois por vezes o usuário sequer manifesta uma queixa.

“Muitas vezes quando acontece isso de o pai ser o responsável, muitas vezes eles vêm, mas a relação com o serviço é outra. E eles não querem vir. Eles vêm aqui, dão uma satisfação ‘ah, a vida tá assim, tá tudo bem e pronto’. Não se envolvem. A mulher demanda muito né, mas o homem não” (P6, comunicação pessoal, 22 de fevereiro de 2018).

Com base nos dados coletados, fica nítido que os participantes compreendem que as divisões de tarefas de determinado núcleo familiar estão pautadas nas atribuições destinadas socialmente aos gêneros. Concomitante a isso existe uma tomada de consciência a respeito do assunto que se apresenta como gatilho para intervenções visando a quebra do estereótipo.

Quando questionados sobre sua vivência em relação ao próprio pai, mais da metade dos participantes avaliam ter boa relação com o mesmo. Curiosamente os entrevistados caracterizam seus pais como rígidos, ausentes, pouco participativos e na função de provedor da família. Apenas um entre os dez participantes descreveu seu pai como participativo nas tarefas domésticas e no cuidado com os filhos. Esses dados confirmam os encontrados em pesquisas que se propõem a estudar a coparentalidade dentro de uma perspectiva de gênero, corroborando com o entendimento de que a participação de cada gênero é diferente na educação dos filhos e de que por muito tempo o pai ocupou a função de provedor material e moral.

Quando os participantes identificam a repetição da função de cuidado atribuída a mulher no modo como planejam os atendimentos com as famílias que acompanham, e no funcionamento de seu próprio núcleo familiar, confirmam o quão difícil é se desvencilhar do

legado familiar para desconstruir estereótipos que contribuem para afastamento do pai de responsabilidades com o âmbito familiar.

Nesse sentido deve-se considerar o dinamismo relacional em que os sujeitos sofrem influências de crenças e valores culturais, de modo que não há intervenção isenta de valores (Vasconcellos, 2013; Gergen & Gergen, 2010), e por esse motivo cabe o questionamento a respeito do quanto as experiências pessoais influenciam no planejamento do trabalho com as famílias, visto que os participantes reconhecem o automatismo em responsabilizar a mãe.

5 Considerações Finais

Com base na percepção dos profissionais entrevistados constatou-se que é praticamente nulo o envolvimento paterno no acompanhamento psicossocial prestado às famílias no PAEFI. A ausência do pai está relacionada à falta de tempo livre (por ser o principal provedor material), ao envolvimento com uso de álcool e outras drogas e ao fato de o pai ou padrasto ser frequentemente o autor da violência, de modo que se encontra afastado do núcleo familiar ou não se compromete com o serviço. Percebeu-se ainda que há maior envolvimento do pai no acompanhamento psicossocial quando a mãe não apresenta condições de promover os cuidados com os filhos, devido a um quadro de saúde mental ou à saída do lar.

Os entrevistados compreendem que as funções parentais são frutos de uma construção sócio-histórica voltada para o sistema patriarcal. Percebem-se enquanto sujeitos suscetíveis às influências culturais quando identificam as semelhanças das divisões de tarefas atribuídas a cada gênero em suas famílias de origem e no seu próprio núcleo familiar. Reconhecendo que há uma procura maior pelo envolvimento da mãe junto ao serviço em razão da cristalização da mulher no papel de responsável pelos cuidados dos filhos.

A partir das entrevistas percebeu-se uma abertura para reflexão acerca de suas intervenções, buscando a desconstrução de ideais de gênero e o estímulo da coparentalidade na promoção dos cuidados com as crianças e adolescentes. Nesse sentido considera-se que a coleta de dados extrapolou sua proposta, possibilitando um espaço para a discussão de questões nucleares da cultura e sociedade. A partir da conscientização das influências que o macro contexto exerce sobre nossas percepções, foi possível oportunizar uma reflexão a respeito da postura profissional, podendo favorecer transformações quanto à necessidade e a importância da responsabilização de ambos os pais no desenvolvimento dos filhos.

O fato de haver poucos profissionais do sexo masculino atuando na rede de atenção e proteção às famílias contribui com os dados, visto que historicamente as profissões de psicólogo e assistente social estão relacionadas com o cuidado.

Pelo fato do artigo ter sido desenvolvido a partir do olhar dos profissionais, que além de ocuparem essa posição ainda são majoritariamente do sexo feminino, sugere-se, como complementação, que sejam realizados estudos a partir da percepção dos pais cujas famílias estão em acompanhamento no Serviço.

Referências

- Acosta, F., Andrade A. F^o., & Bronz, A. (2004). *Conversa homem a homem: Grupo reflexivo de gênero. Rio de Janeiro: Instituto Noos.* Recuperado de: http://www.noos.org.br/userfiles/file/metodologia_port.pdf.
- Bueno, R. K., Vieira, M. L., & Crepaldi, M. A. (2017). Envolvimento paterno com filhos adotivos e a estrutura familiar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, e3342, Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722017000100402&lng=en&nrm=iso
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2016). *Caderno de Orientações técnicas: atendimento no SUAS às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social por violação de direitos associada ao consumo de álcool e outras drogas.* Brasília. Recuperado de: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/Suas_trabalhoSocial_vulnerabilidade_consumodedrogas.pdf
- Boni, V., & Quaresma, S. J. (2005, janeiro-julho). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2, 68-80. Recuperado de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/%2018027/16976>.
- Cardelli, A. A. M., & Tanaka, A. C. D. (2012). Ser/estar pai: uma figura de identidade. *Ciência Cuidado Saúde*, 11(5), 251-258. Recuperado de: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/17083/pdf>

Carvalho, A. B. de, & Moreira, L. V. C. (2016). *O papel do pai e as políticas públicas voltadas à paternidade*. Curitiba: Crv.

Cia, F., & Barham, E. J. (2009). O envolvimento paterno e o desenvolvimento social de crianças iniciando as atividades escolares. *Psicologia em Estudo*, 14(1), 67-74. Recuperado de: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722009000100009>.

Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Referências técnicas para prática de Psicólogas (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS*. Brasília: CFP.

Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2018, janeiro). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(1), 17-27. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008000100003&lng=en&nrm=iso.

Freitas, W. M. F., Silva, A.M.C., Coelho, E. A. C., Guedes, R. N., Lucena, K. D. T., Costa, A. P. T., (2009, fevereiro). *Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor*. *Revista de Saúde Pública*, 43(1), 85-90. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102009000100011&lng=en&nrm=iso

Gergen, K. J., & Gergen, M. (2010). *Construcionismo social: Um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.

Gomes, L. B., Crepaldi, M. A., & Bigras, M. (2013, abril). O engajamento paterno como fator de regulação da agressividade em pré-escolares. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 23(54), 21-29. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2013000100021&lng=en&nrm=iso.

Gomes, R. (2008). *Sexualidade masculina, gênero e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Lei nº 12.435, 06 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília: Presidência da República. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm.

Lei 13.058/2014, de 22 de dezembro de 2014. Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação. Brasília: Presidência da república, Casa civil. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113058.htm

Lopes, P. V. L., & Leite, F. (2013). *Atendimento a homens autores de violência doméstica: Desafios às políticas públicas.* Rio de Janeiro: ISER. Recuperado de: http://www.iser.org.br/site/wp-content/uploads/2013/11/homens_miolo_9nov_.pdf.

Medrado, B., & Lyra, J. (2008, dezembro). Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista Estudos Feministas*, 16(3), 809-840. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300005&lng=en&nrm=iso.

Lamb, M. E. (1992). O papel do pai em mudança. *Análise Psicológica*, 10, 19-34. Recuperado de: http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2706/1/1992_1_19.pdf.

Oliveira, E., Ens, R. T., Andrade, D. B. S. F., & Mussis, C. R. de (2007, agosto). Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. *Revista Diálogo Educacional*, 4(9), 1-17. Recuperado de: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189118067002>.

Paquette, D. (2004). Theorizing the father-child relationship: mechanisms and developmental outcomes. *Human Development*, 47(4), 193-219. Recuperado de: <https://www.karger.com/Article/Abstract/78723>.

Santos, L. M., dos, Silva, C. L. S., Santana, R. C. B. S., & Santos, V. E. P. (2012, outubro). Vivências paternas durante a hospitalização do recém-nascido prematuro na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 65(5), 788-794. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672012000500011&lng=en&nrm=iso.

Silva, B. T. da; Silva, M. R. S. da, & Bueno, M. E. N. (2014, dezembro). Eventos intra e extrafamiliar significativos no processo de construção da paternidade. *Escola Anna Nery*, 18(4), 710-715. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452014000400710&lng=en&nrm=iso.

- Scott, J. W. (1995). Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 14, 1995. Recuperado de: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>.
- Souza, L. V. (2014). Discurso construcionista social: Uma apresentação possível. In C. Guanaes-Lorenzi, M. S. Moscheta, C. M. Corradi-Webster, & L. V. Souza, (Orgs). *Construcionismo social: Discurso, prática e produção de conhecimento*. (pp. 49-72). Rio de Janeiro, RJ: Instituto Noos.
- Staudt, A. C. P., & Wagner, A. (2008). Paternidade em tempos de mudança. *Psicologia: Teoria e Prática*. Recuperado de: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193818625013>.
- Ostyn, E. T. (2000). A fratria, alavanca terapêutica. In E. T. Ostyn, & M. M. Fourez. *Os recursos da fratria*. (Cap. 2. pp. 57-131). Belo Horizonte, MG: Artesã.
- Vasconcellos, M. J. E. (2013). *Pensamento Sistêmico: O novo paradigma da ciência* (10a ed.) Campinas: Papyrus.
- Vieira, M. L., Bossardi, C. N., Gomes, L. B., Bolze, S. D. A., Crepaldi, M. A., & Piccinini, C. A.. (2014). Paternidade no Brasil: Revisão sistemática de artigos empíricos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66(2), 36-52. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672014000200004&lng=pt&tlng=pt.
- Wagner, A., Predebon, J., Mosmann, C., & Verza, F. (2005). Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(2), 181-186. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722005000200008&lng=pt&tlng=pt. doi: 10.1590/S0102-37722005000200008

Apêndice A - Roteiro de Entrevista

- 1) Qual sua profissão e há quanto tempo está atuando no serviço?
- 2) Como você define pai?
- 3) Como você vê o papel do pai na sociedade?
- 4) Como você percebe a participação dos pais no acompanhamento no PAEFI?
- 5) Que motivos impedem você de ter mais acesso aos pais ausentes no serviço?
- 6) O que mais te surpreendeu nos acompanhamentos em que houve adesão dos pais?
- 7) Como você vê o pai autor de violência?
- 8) Como é/foi sua relação com seu pai?

Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Meu nome é Luíza Rohden Ramos e estou desenvolvendo a pesquisa intitulada “Envolvimento paterno no acompanhamento familiar prestado pelo serviço de proteção e atendimento especializado a pessoas e indivíduos: uma percepção a partir do olhar profissional”, orientada pela professora Doris Waldow, com objetivo de compreender como as técnicas percebem o envolvimento paterno no acompanhamento psicossocial prestado pelo PAEFI Ilha. Pretende-se investigar como é a visão das profissionais sobre os pais das famílias acompanhadas pelo serviço e identificar as facilidades e os obstáculos do envolvimento dos pais no acompanhamento psicossocial. Este estudo é importante, pois poderá contribuir na metodologia de acompanhamento no PAEFI Ilha e nos estudos sobre paternidade em Terapia Familiar e áreas afins. Esperamos que esse trabalho traga benefícios para os profissionais que trabalham na intervenção psicológica com pessoas e famílias em diferentes contextos. Pedimos a gentileza de responder a entrevista, o que trará nenhum risco para você. Se você tiver alguma dúvida em relação ao estudo ou não quiser fazer parte do mesmo, poderá falar conosco pessoalmente, pelo e-mail luizarramos@hotmail.com ou pelo telefone (48) 99954-2415. Se você estiver de acordo em participar, garantimos que as informações fornecidas (ou material coletado) serão confidenciais e utilizadas apenas para fins científicos.

Pesquisadoras: Prof^a Doris Waldow e Aluna Luíza Rohden Ramos

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____, fui esclarecido (a) sobre a pesquisa “Envolvimento paterno nos atendimentos do PAEFI: uma visão das profissionais” e concordo que meus dados sejam utilizados na realização da mesma.

Florianópolis, ___ de _____ de 2018.

Assinatura: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

CPF: _____ RG: _____